



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ  
COMARCA DE PONTAL DO PARANÁ  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE PONTAL DO PARANÁ – PROJUDI  
Rua Dona Alba de Souza e Silva, 1359 - Baln. Ipanema - Pontal do Paraná/PR - CEP: 83.255-000 - Fone:  
(41) 3453-8186 - E-mail: pdp-ju-sccrda@tjpr.jus.br

**AUTOS Nº 0004883-28.2016.8.16.0189**

**EXEQUENTE:** Município de Pontal do Paraná/PR - CNPJ: 01.609.843/0001-52

**EXECUTADO:** Empresa Balneária Pontal do Sul LTDA - CNPJ: 76.527.407/0001-33

### EDITAL DE ALIENAÇÃO JUDICIAL E INTIMAÇÃO

A MM. Juíza Dra. Cristiane Dias Bonfim Godinho, na forma da lei, faz saber ao(s) Executado(s) e demais interessados, que foi designada a alienação judicial do bem abaixo descrito, nas seguintes condições:

**LEILÃO:** O leilão será realizado em 1ª praça em 18/07/2024 - 15:00h e 2ª praça em 15/08/2024 - 15:00h, no primeiro leilão serão aceitos lances igual ou superior a 100% (cem por cento) do valor atualizado da avaliação. Caso não haja licitante, será realizado o segundo leilão, ocasião que será aceito lance igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado da avaliação. **VENDA DIRETA:** Caso os leilões resultem negativos, o leiloeiro deverá promover a venda direta do(s) bem(ns) pelo prazo de até 03 (três) meses, ao primeiro interessado que oferecer proposta que não caracterize preço vil.

**DA MODALIDADE DO LEILÃO:** A alienação judicial será realizada exclusivamente na modalidade eletrônica. Os lances poderão ser ofertados a partir da data da publicação deste edital, mediante prévio cadastro e adesão, com prazo mínimo de 24 horas de antecedência, no site <https://lancejusto.com.br> (cujas regras ficam fazendo parte integrante deste edital).

**DO LEILOEIRO:** Sr. Galvão Adenyr Lopes Junior (Matrícula 21/333-L – JUCEPAR), devidamente nomeado pelo juízo. Maiores informações no site <https://lancejusto.com.br> ou no telefone (41) 3018-2857.

### DA FORMA E CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

A arrematação se fará em dinheiro à vista, ato em que, o arrematante, no momento da arrematação, deverá efetuar, diretamente ao leiloeiro ou mediante guia judicial, o pagamento da integralidade do lance.

**DA COMISSÃO DO LEILOEIRO:** A remuneração do leiloeiro será devida observada as seguintes hipóteses: a) em caso de arrematação, comissão de 5% sobre o valor da alienação, a ser paga pelo arrematante, não se incluindo no valor oferecido, o que deverá ser informado previamente aos interessados; b) 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo exequente, em caso de adjudicação; c) 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo executado, em caso de remição; d) 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pelas partes caso entrem em acordo após a realização de leilão positivo. Em qualquer caso de invalidade da venda, serão devolvidos os valores pagos pelo adquirente.

### DAS CONDIÇÕES GERAIS

1) A alienação judicial é hipótese de aquisição originária da propriedade pelo adquirente, sendo que o(s) bem(ns) será(ão) vendido(s) e entregue(s) livre(s) e desembaraçado(s) de qualquer ônus, inclusive os de natureza fiscal (art. 130, Parágrafo único, do CTN) e os de natureza *propter rem* (art. 908, Parágrafo 1. Do CPC); 2) O arrematante ficará responsável por promover as diligências necessárias a fim de garantir o levantamento das pendências eventualmente existente(s) sobre o(s) bem(ns) junto aos órgãos competentes. Ficarão também sob a responsabilidade do arrematante, que é restrita ao preço e custas de arrematação, eventuais emolumentos e custas relativas ao levantamento do(s) registro(s) na matrícula imobiliária, bem como despesas decorrentes de regularização, transferência, expedição de carta de arrematação, comissão do leiloeiro e imissão na posse. 3) Satisfeitas as exigências anteriores o(s) bem(ns) será(ão) entregue(s) livre(s) de qualquer (quaisquer) dívidas ou ônus, conforme preconizado no art. 130, parágrafo único do Código Tributário Nacional. 4) O(s) bem(ns) será(ão) vendido(s) no estado em que se encontram, sendo de responsabilidade do(s) possível(eis) interessado(s) realizar prévia vistoria com o(s) depositário(s) indicado(s). 5) Será responsabilidade do adquirente as despesas inerentes à eventual regularização, transferência e

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: P.JXV6 5JTNQ XLPXF 25JLY

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: P.JXZ3 AMYT2 E8TL7 TARGU



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**COMARCA DE PONTAL DO PARANÁ**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE PONTAL DO PARANÁ – PROJUDI**  
Rua Dona Alba de Souza e Silva, 1359 - Baln. Ipanema - Pontal do Paraná/PR - CEP: 83.255-000 - Fone:  
(41) 3453-8186 - E-mail: pdp-ju-sccrda@tjpr.jus.br

expedição de carta de arrematação. 6) No caso de bem(ns) móvel(eis), o adquirente arcará com o imposto ICMS incidente sobre a venda, bem como deverá promover a remoção pelo prazo de até 48 horas, contados da sua notificação para realizar o ato, sob pena de arcar com os custos do depositário. 7) Em se tratando de bem(ns) imóvel(eis), a venda será *ad corpus*, podendo variar a metragem constante da matrícula da real área do imóvel. Responde o adquirente com os custos inerentes à imissão de posse. 8) Na hipótese de inadimplemento dos valores pelo arrematante, inclusive da comissão do leiloeiro, ficará o mesmo sujeito às penalidades previstas no art. 895, Parágrafo 4 e art. 897, ambos do Código de Processo Civil, bem como às demais sanções previstas em lei. 9) Caso não haja expediente nas datas designadas, o(s) ato(s) fica(m) transferido(s) para o próximo dia útil, no mesmo horário e local. 10) O leiloeiro, por ocasião do leilão, fica desobrigado a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume ser de conhecimento de todos os interessados.

**LOTE: O lote de terreno sob o nº. 23 da quadra 138 do loteamento “CIDADE BALNEÁRIA PONTAL DO SUL” no município de Pontal do Paraná/Pr, matrícula nº 17.590. Com medidas, confrontações e demais características constantes da referida planta e da TRANSCRIÇÃO 6.624 à Fls. 157 do Livro 3-G do Cartório do Registro de imóveis de Paranaguá/PR.**

**AVALIAÇÃO: R\$ 85.892,44 em 28/06/2022.**

**AVALIAÇÃO ATUALIZADA: R\$ 85.892,44 (Oitenta e cinco mil, oitocentos e noventa e dois reais e quarenta e quatro centavos) em 28/06/2022 a ser atualizada em momento oportuno.**

**DATA DA PENHORA: 09 de maio de 2024**

**ÔNUS DO IMÓVEL: AÇÃO DE USUCAPIAO DE AVERBAÇÃO Nº 16.882, TRANSCRIÇÃO Nº 6.624, FLS 157, LIVRO 3-G, DE Nº 2008.70.08.01264-5/PR. AÇÃO DEMARCATÓRIA DE Nº 5001332-36.2013.404.7008/PR, AÇÃO DE USUCAPIÃO Nº 5602270-16.2016.4.04.7000/PR, AÇÃO DE USUCAPIÃO Nº 5022770-69.2018.4.04.7000/PR.**

**DÉBITO EXECUTADO: R\$ 887,09 a ser atualizado no momento da execução.**

**DEPOSITÁRIO: Nada Consta**

**RECURSO(S) PENDENTE(S): NADA CONSTA.**

**INTIMAÇÕES:** Fica(m) o(s) executado(s), na pessoa(s) de seu(s) representante(s) legal(is), bem como o(s) corresponsável(is), cônjuge(s), coproprietário(s), herdeiro(s) e/ou sucessor(es), o(s) senhorio(s) direto(s), o(s) depositário(s) e o(s) credor(es) preferencial(is), por meio da publicação deste, devidamente intimado(s), caso não o seja(m) por qualquer outro meio legal.

**PUBLICAÇÃO DO EDITAL:** A fim de dar ampla divulgação ao presente leilão, e em cumprimento ao artigo 887 do Código de Processo Civil, este edital será publicado na modalidade eletrônica no site <https://lancejusto.com.br>

**DADO E PASSADO.** Eu, Galvão Adenyr Lopes Junior, Leiloeiro Oficial Designado, que o digitei e o subscrevo, por ordem do MM. Juiz de Direito abaixo assinado.

Curitiba, 20 de Maio de 2024.

**Galvão Adenyr LOPES JUNIOR**  
Leiloeiro Público Oficial  
(assinatura autorizada pelo MM. Juízo)

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: P:JXV6 5JTNQ XLPXF 25JLY

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: P:JXZ3 AMYT2 E8TL7 TARGU